

Bancos rejeitam *spread* abaixo de 2%

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — Os principais bancos credores continuam exigindo do Brasil o pagamento de *spreads* (taxas de risco) de 2 por cento, acima do percentual admitido na recente rolagem da dívida de curto prazo, dificultando a conclusão de negócios que resultariam em ingressos de divisas ou mesmo conversão de débitos em investimentos, de acordo com fontes do meio bancário internacional.

Dois dos principais credores do Brasil — Bankers Trust e Chase Manhattan recusaram ontem fechar um negócio envolvendo cerca de dois bilhões de dólares com um consórcio de empresas brasileiras da área de bens de capital, que busca financiamento para suas exportações, exatamente por não aceitarem receber *spreads* abaixo de 2 por cento, considerada uma taxa altíssima.

O negócio representaria também a primeira grande operação envolvendo a conversão de quase dois por cento da dívida externa brasileira em financiamento internacional para exportação — uma das principais alternativas que o Governo e o setor privado vêem como saída para reestruturar a dívida de 105 bilhões de dólares e no futuro diminuir a transferência líquida de renda ao exterior.

Representantes do Chase e do Bankers Trust deixaram claro que se dispõem a converter alguns créditos a receber em novos financiamentos para exportações brasileiras de equipamentos pesados para a Ásia, mas para isso exigem o pagamento de *spreads* de 2 por cento sobre a *prime-rate* (taxa preferencial norte-americana), como se o Brasil fosse um risco maior do que aquele de países menores ou com mais problemas.

Pelos cálculos do Governo brasileiro, a situação atual não admite mais do que um por cento de taxa de risco, embora a recente renegociação de 31 bilhões de dólares da dívida de curto prazo tenha sido feita com taxas maiores, de no máximo 1,5 por cento. O segundo maior devedor do mundo, que é o México, sempre pagou menos e agora está propondo zero de taxa de risco na próxima renegociação.

Fontes do meio bancário revelaram que, sem outra saída, alguns tomadores privados brasileiros continuariam aceitando pagar taxas elevadas para não perder negócios. No caso específico desta operação entre seis grandes indústrias brasileiras e a dupla Chase/Trust, acredita-se que a taxa de risco ainda possa vir a ser acertada em torno de 1,5 por cento, devido a necessidade de fechar um negócio envolvendo uma soma elevada.